

2 NOV 1997
2 * 000 1997

GLOBO OPINIÃO

Economia - Brasil Cenas da vida especulativa

EMIR SADER

Um jornal econômico brasileiro, traduzindo um artigo do "The Economist", tituló-o, significativamente: "A especulação cambial, amoral, porém necessária."

Uma empresa americana de assessoria de investimentos nas bolsas da América Latina terminou um documento a seus clientes com a frase: "Aproveitem a festa, mas fiquem perto da porta."

Desde que o capitalismo entrou no seu ciclo longo recessivo, em meados dos anos 70, a taxa de juros passou a ser mais atraente que a taxa de lucros. Isto é, vale mais a pena o investimento especulativo que o produtivo: rende mais, a prazos mais curtos, com maior liquidez. Um capital que não produz riqueza alguma passou a ser hegemônico na economia mundial e, para quem duvidava antes do Proer, no Brasil também. Tudo pode fechar por aqui: escola, hospital, fábrica, cooperativa, menos os bancos. Quem vai depositar dinheiro numa caderneta de poupança, ouve que pode retirar a partir de um mês aquele montante, com 1,1%. Se caminhamos dois metros, no mesmo balcão e pedirmos um empréstimo nos dirão que devemos pagar juros de 7%, 8%, 10% ou 14%, pelo mesmo dinheiro nosso emprestado dois metros mais para lá.

São cenas da vida especulativa, aquela a que tentam nos acostumar, essa hegemonia do capital que vive do suor do rosto alheio. Aquele capital que a Igreja Católica tinha dificuldade em aceitar, porque fere o preceito bíblico de que se deve viver do suor de seu próprio rosto.

Apesar de todos os avanços tecnológicos das últimas décadas e apesar da incorporação dos ex-países socialistas — com seus mercados, suas estruturas produtivas e sua mão-de-obra qualificada — o capitalismo não superou seu ciclo recessivo, porque o capital que poderia ser investido a partir desses recursos está girando na ciranda financeira.

A desregulação econômica — carro-chefe das políticas de ajuste fiscal — facilita a hegemonia do capital financeiro, ao liberar as travas para a circulação do capital, que assume majoritariamente sua forma especulativa. Os governos que dependem desses capitais para estabilizar suas moedas se fragilizam externamente, ao atrair capitais especulativos através de taxas de juros estratosféricas.

Quando os ataques especulativos consolidam suas ocorrências cíclicas — 1987 nos EUA, 1992 na Inglaterra, na Itália, na Espanha e na França, 1994 no México, 1997 a partir da Tailândia para fronteiras ainda não suficientemente delimitadas — há quem ingenuamente diga que aquele capital virá para cá. Se continuar vindo, não será solução, mas problema. A hegemonia do capital financeiro é um câncer gerado pelo capitalismo e que gera metástase pela desregulação. A bravata de que "o real é uma fortaleza contra a especulação" não explica o pânico do Governo cada vez que as bolsas caem. É que o Governo sabe que o atual esquema de estabilização monetária está assentado na atração de capitais especulativos mediante taxas altíssimas de juros que, se cumprem essa função, por outro lado nos condenam à estagnação econômica atual, à generalização da indimplência e à multiplicação — desde o começo do Plano Real, por três — das dívidas do Estado.

Quanto às reservas — antes desta crise, mais de 60 bilhões de dólares — são do tamanho da desconfiança que tem o Governo nos capitais que entram. Fossem eles destinados à produção, não haveria porque ter na gaveta essa quantidade de reservas, faltando de tudo no país — de vacinas nos centros de saúde a professores nas escolas, de infra-estrutura viária a saneamento básico. Esses bilhões medem o tamanho da vergonha nacional, da atração de capitais especulativos — ditos "andorinhas", porém melhor chamá-los de "urubus" ou "tucanos".

Esse capital especulativo é o santo do "milagre" da estabilidade do real. É o sangue que corre nas veias adoentadas do nosso organismo econômico, condenando nossa sociedade à letalidade do emprego precário, da exclusão social, da falta de projeto nacional e da inserção internacional subordinada.

O Governo que, mais do que levar o país ao desenvolvimento, à distribuição de renda, à democracia, se orienta por seus planos de marketing, seus calendários e pesquisas eleitorais, tem o seu horizonte agora nas urnas de 1998. O presidente não desce do palanque: inaugura, faz comícios, gasta combustível, verbas de propaganda na televisão, abraça seus correligionários prometendo que os próximos cinco anos nos reservam mais disto.

Enquanto isso, a especulação cambial, "amoral, porém necessária", reina e os especuladores fazem a festa, bem pertinho da porta, escancarada pela desregulamentação financeira.

EMIR SADER é professor de sociologia da UERJ.